



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROVA OBJETIVA

1. A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal será concedida:

- a) com efeito *ex nunc*, sempre.
- b) com efeito *ex tunc*, sempre
- c) com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal, tendo em vista razões de excepcional interesse social, entender que deva conceder-lhe eficácia a partir de outro momento que venha a ser fixado.
- d) com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- e) com efeito *ex tunc*, salvo se o Tribunal, tendo em vista razões de segurança jurídica, entender que deva conceder-lhe eficácia prospectiva.

2. A competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é:

- a) privativa da União.
- b) exclusiva da União.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- e) privativa da União, que poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas da referida matéria.

3. A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será

tomada pelo Supremo Tribunal Federal se presentes na sessão pelo menos:

- a) 6 (seis) ministros
- b) 7 (sete) ministros
- c) 8 (oito) ministros
- d) 9 (nove) ministros
- e) 10 (dez) ministros

4. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das seguintes matérias:

- a) diretrizes e bases da educação nacional.
- b) educação e cultura.
- c) ensino e desporto.
- d) ciência e tecnologia.
- e) pesquisa, desenvolvimento e inovação.

5. Segundo a classificação dos elementos das Constituições, adotada por José Afonso da Silva, as normas da Constituição da República Federativa do Brasil que dispõem sobre os direitos e garantias fundamentais são consideradas elementos:

- a) orgânicos.
- b) limitativos.
- c) sócio-ideológicos.
- d) de estabilização constitucional.
- e) formais de aplicação.

6. Em matéria tributária, não é constitucionalmente reservado à lei complementar:



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- a) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- b) determinar medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- c) dispor sobre conflitos de competência entre os entes da Federação.
- d) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- e) instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7. A lei que instituir o plano plurianual da União:

- a) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- c) orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- d) disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- e) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

8. Pode(m) propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e, ainda, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

- a) o Defensor Público-Geral da União

- b) o Procurador-Geral da República
- c) o Advogado-Geral da União
- d) os Tribunais Superiores
- e) os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios

9. Não depende(m) de lei complementar para sua instituição:

- a) os impostos de competência residual da União.
- b) o imposto sobre grandes fortunas.
- c) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- d) as contribuições residuais da União para a seguridade social.
- e) os empréstimos compulsórios.

10. De acordo com a Constituição Federal, são fundamentos da ordem econômica:

- a) a livre concorrência e a livre iniciativa.
- b) a valorização do trabalho humano e a livre concorrência.
- c) justiça social e a livre concorrência.
- d) a justiça social e a livre iniciativa.
- e) a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ao dispor que, "nos processos administrativos serão observados, entre outros, o critério de interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

aplicação retroativa de nova interpretação”, a lei está tratando do princípio da:

- a) eficiência;
- b) proporcionalidade;
- c) moralidade;
- d) segurança jurídica;
- e) publicidade.

12. Acerca do princípio da autotutela, assinale a alternativa CORRETA.

- a) o princípio da autotutela significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos, seja para anulá-los por questões de conveniência e oportunidade, seja para revogá-los por vício de legalidade.
- b) a anulação de ato administrativo, que tenha proporcionado efeitos favoráveis concretos aos administrados, enseja a oitiva daqueles cuja situação será modificada, sob pena de ofensa ao contraditório e à ampla defesa;
- c) constatado vício de legalidade em ato administrativo, a Administração poderá anulá-lo ou por revogá-lo;
- d) a declaração de nulidade dos próprios atos administrativos depende de prévia autorização do Poder Judiciário;
- e) o poder-dever que a Administração Pública possui de anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, não gera responsabilidade perante terceiros.

13. Agente de inspeção sanitária do Estado do Amazonas, estatutário, comparece a um restaurante para fins fiscalizatórios,

ocasião em que encontra um rato percorrendo o salão onde a clientela é atendida. Nenhuma outra violação às normas sanitárias é encontrada até o fim desta fiscalização. Em todas as fiscalizações anteriores este restaurante jamais incorreu em problemas dessa espécie. O agente, no exercício de um dos poderes estatais, determina a interdição do restaurante, sob o fundamento de que não tinha condições de salubridade para funcionar. Nesse cenário, é correto afirmar que o agente público exerceu, no caso concreto:

- a) o poder hierárquico, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade (subprincípio da necessidade), visto que existiam outros meios menos gravosos para se alcançar o resultado pretendido;
- b) o poder de polícia, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade (subprincípio da adequação), considerando que existiam outros meios menos gravosos para se alcançar o resultado pretendido;
- c) o poder disciplinar, inexistindo qualquer ofensa ao princípio da proporcionalidade ou aos subprincípios dele decorrentes, considerando o imperativo de se preservar a saúde e a segurança dos consumidores;
- d) o poder disciplinar, mas houve ofensa ao princípio da legalidade, pois a interdição do restaurante dependeria de pronunciamento judicial;



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

e) o poder de polícia, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade (subprincípio da necessidade), considerando que existiam outros meios menos gravosos para se alcançar o resultado pretendido.

14. Acerca dos Princípios que regem o Direito Administrativo brasileiro, assinale a assertiva INCORRETA:

a) segundo o Princípio da Impessoalidade, os provimentos administrativos são imputados não ao gestor, mas sim a entidade pública a quem ele represente, não sendo possível desta forma responsabilizá-lo em qualquer seara do direito.

b) o Princípio da Publicidade, prescrito na Constituição Federal de forma expressa, impõe, como regra, a transparência de todos os atos estatais, no entanto, existem exceções que permitem o sigilo.

c) o Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público inspira a previsão dos limites ao administrador público na gestão da coisa pública, ficando este impedido de abrir mão do interesse público de forma arbitrária.

d) os dois princípios que decorrem da bipolaridade do direito administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da administração – são os da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o privado.

e) incluído pela Emenda Constitucional, o Princípio da Eficiência traz a obrigação constitucional de o gestor prezar por uma administração que alcance mais

resultados com menor gasto de verba pública possível.

15. Pedro cumpria pena em regime fechado no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, situado no quilômetro oito da rodovia BR-174, no município de Manaus, de onde fugiu. Três meses após a fuga, ainda fora do complexo penitenciário, Pedro envolveu-se numa briga em um bar e matou, por esfaqueamento, João. O filho de João, cientificado que Pedro era foragido de penitenciária administrada pelo Estado do Amazonas, ajuíza ação contra o respectivo Estado, pleiteando indenização pela morte do seu pai. De acordo com o exposto e à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, o pedido deve ser julgado:

a) improcedente, sob o fundamento de ausência de nexo de causalidade direto entre a morte do pai de João e a fuga de Pedro;

b) procedente, pois o Estado é garantidor universal da vida e da dignidade humana;

c) improcedente, pois o pai de João assumiu o risco da própria morte ao brigar com um foragido;

d) procedente, pois o Estado do Amazonas tinha o dever de capturar Pedro, logo após a evasão do complexo penitenciário;

e) improcedente, porque o Estado não responde civilmente por atos omissivos, mas apenas por atos comissivos.



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

16. Considerando os processos de contratação direta, por dispensa e inexigibilidade de licitação, regulados pela Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção CORRETA:

- a) nos processos de contratação direta é dispensável o cálculo da estimativa da despesa;
- b) a contratação direta de serviços técnicos especializados de publicidade e de divulgação se dá por meio de processo de inexigibilidade de licitação;
- c) na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário;
- d) é dispensável a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, na aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;
- e) a contratação direta de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, é hipótese de dispensa de licitação.

17. No tocante aos contratos administrativos, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

- I - a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos;
- II - exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra,

a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;

III - os contratos regidos pela Lei n.º 14.133/2021 poderão ser alterados, unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

- a) apenas o item I é verdadeiro.
- b) apenas o item II é verdadeiro.
- c) apenas o item III é verdadeiro.
- d) apenas os itens I e II são verdadeiros.
- e) nenhum dos itens é verdadeiro.

18. De acordo com a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a respeito da prescrição, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o prazo de prescrição intercorrente é de 8 (oito) anos.
- b) a suspensão e a interrupção da prescrição não produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade;
- c) o reconhecimento da prescrição intercorrente pode se dar de ofício ou a requerimento da parte interessada, após prévia oitiva do Ministério Público;
- d) a instauração de inquérito civil ou processo administrativo para



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

apuração não suspende o prazo prescricional;

e) o despacho que determina a citação do réu é causa de interrupção do prazo prescricional para o ajuizamento de ação para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992.

19. A Administração Pública, à luz da legislação vigente, concede autorização de uso de calçada em favor de determinado restaurante, contudo, logo após o deferimento, foi editada lei revogando a legislação anterior que permitia o uso privativo de calçadas por estabelecimentos empresariais. A referida lei teve aplicabilidade imediata.

Nessa situação hipotética, a autorização foi objeto de

- a) contraposição;
- b) anulação;
- c) caducidade;
- d) revogação;
- e) cassação.

20. A respeito das autarquias, analise as assertivas abaixo:

1. são pessoas jurídicas de direito privado interno.
2. conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil é entidade *sui generis*; um serviço público independente, destituído de natureza autárquica.
3. pertencem à administração pública indireta, criadas mediante autorização de lei, para o exercício de atividades administrativas atípicas.

4. são imunes a impostos, quando instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

5. o seu patrimônio é constituído de bens públicos, possuindo, dentre outras, a característica da alienabilidade condicionada pela lei ou inalienabilidade relativa.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas CORRETAS:

- a) é correta apenas a afirmativa 2.
- b) são corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c) são corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d) todas as afirmativas estão corretas.
- e) são corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Julgue os enunciados abaixo:

I. o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

II. quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

III. antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.

IV. aos órgãos do Poder Judiciário, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive aos tribunais superiores, incumbe o dever de recíproca cooperação, por meio de seus magistrados e servidores.

São exemplos de especificação ou concretização do princípio da cooperação:

- a) I, II, III e IV;
- b) apenas os itens I, III e IV, porque as partes adversárias não devem cooperar entre si;
- c) apenas os itens II e IV, porque não existe cooperação entre o órgão julgador e as partes, pena de violação à imparcialidade;
- d) apenas os I, II e III, porque não existe cooperação entre órgãos do Poder Judiciário, sendo a cooperação judiciária somente exemplo de mútua assistência na prática da atividade administrativa;
- e) apenas o item IV, porque a exigência do dever de cooperação depende de expressa previsão legal.

22. Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

b) na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

c) o juiz pode dilatar os prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

d) inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 3 (três) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

e) salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

23. Sobre o mandado de segurança e de acordo com o CPC, a Lei n. 12.016/2009 e a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a opção INCORRETA:

a) o prazo decadencial de 120 dias do mandado de segurança não é contado em dias úteis.

b) admite-se o litisconsórcio ativo, que, entretanto, não será admitido após o despacho da petição inicial.

c) por expressa vedação legal, validada pelo stf, não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

d) é lícito ao impetrante desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

ou da entidade estatal interessada ou, ainda, quando for o caso, dos litisconsortes passivos necessários, a qualquer momento antes do término do julgamento, mesmo após eventual sentença concessiva da segurança.

e) não há condenação em honorários advocatícios, mesmo no caso de comprovada má-fé na impetração do mandado de segurança.

24. Sobre a gratuidade da justiça, julgue os itens seguintes:

I. a gratuidade da justiça está prevista na constituição da república federativa do Brasil com status de direito fundamental.

II. o estrangeiro só terá direito à gratuidade de justiça se, de acordo com o princípio da reciprocidade, ao brasileiro for garantido no mesmo direito no país de origem do estrangeiro.

III. a gratuidade da justiça compreende, dentre outras, as custas judiciais, as despesas com publicação na imprensa oficial, as despesas com a realização de exame de código genético – DNA e as multas processuais que sejam impostas ao beneficiário.

IV. cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre rejeição ou acolhimento do pedido de gratuidade da justiça.

São CORRETOS:

- a) I, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) III e IV, apenas;
- d) IV, apenas;
- e) I, III e IV, apenas.

25. Sobre a teoria dos recursos e considerando as disposições do CPC e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

a) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo ministério público, apenas quando for parte.

b) o recurso adesivo é admissível exclusivamente na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

c) o recorrente poderá, a qualquer tempo, depois da anuência do recorrido, desistir do recurso.

d) o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, mas, em caso de omissão, o relator, em nome da primazia do julgamento do mérito, concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja feita a referida comprovação.

e) dos despachos cabem embargos de declaração.

26. Sobre a prova pericial, julgue os itens seguintes:

I. as partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que sejam plenamente capazes e a causa possa ser resolvida por autocomposição. a perícia consensual, espécie de negócio jurídico processual, substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.

II. o juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

III. de ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

São corretos:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;
- d) I e III, apenas;
- e) I, II e III..

27. Sobre a remessa necessária, julgue os itens seguintes:

I. está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a união, os estados, o distrito federal, os municípios e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

II. não se aplica a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos para os estados e os municípios que constituam capitais dos estados.

III. não se aplica a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior; acórdão proferido pelo supremo tribunal federal ou pelo

superior tribunal de justiça em julgamento de recursos repetitivos e entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

IV. não se aplica a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

São **CORRETOS**:

- a) I e II;
- b) III e IV;
- c) II e III;
- d) I e IV;
- e) II, III e IV.

28. Sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, assinale a opção **INCORRETA**:

a) quando o executado alegar exclusivamente que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, sob pena de rejeição liminar da impugnação.

b) na impugnação, o executado poderá suscitar a inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo supremo tribunal federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo supremo tribunal federal como incompatível com a



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

constituição federal em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso, desde que a decisão do supremo tribunal federal seja anterior ao trânsito em julgado da decisão exequenda.

c) a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e independentemente de penhora, caução ou depósito, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.

d) transcorrido em branco o prazo previsto para o cumprimento voluntário da obrigação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

e) não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a fazenda pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

29. De acordo com a jurisprudência do STJ, assinale a opção INCORRETA:

a) o agravo é o único recurso cabível contra a decisão que não admite o recurso especial, sendo que a oposição de declaratórios não interrompe o prazo para a interposição de agravo em recurso especial.

b) se o réu falecer antes do ajuizamento da ação, não havendo citação válida, deve ser facultada ao autor a emenda à petição inicial, para incluir no polo passivo o espólio ou os herdeiros.

c) nas ações em que se busca o fornecimento de medicamentos de forma gratuita, os honorários sucumbenciais podem ser arbitrados por apreciação equitativa, tendo em vista que o proveito econômico, em regra, é inestimável.

d) é desnecessário aguardar o trânsito em julgado para a aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo.

e) cabe recurso ordinário constitucional em sede de execução em mandado de segurança.

30. A vice-presidência do Tribunal de Justiça, monocraticamente, negou seguimento ao recurso especial por entender que estava ausente requisito de admissibilidade recursal e por considerar que o acórdão recorrido estava em consonância com precedente obrigatório do STJ firmado no julgamento de recurso repetitivo. Diante dessa decisão, a parte interessada deve:

a) interpor novo recurso especial.

b) interpor recurso de agravo em recurso especial.

c) interpor recurso de agravo interno.

d) interpor, simultaneamente, recurso de agravo interno e recurso de agravo em recurso especial.



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

e) impetrar mandado de segurança, pois não existe recurso previsto em lei para essa situação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Sobre as limitações constitucionais ao poder de tributar, marque a alternativa CORRETA:

- a) são exceções constitucionais ao princípio da noventena os seguintes impostos: imposto de importação, imposto de exportação e base de cálculo do icms;
- b) é permitida a utilização de tributo com efeito de confisco;
- c) é vedado à união instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação à estado ou ao distrito federal, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país;
- d) é permitido a união tributar a renda das obrigações da dívida pública dos estados, do distrito federal e dos municípios;
- e) é possível que estados, distrito federal e municípios estabeleçam diferenças tributárias entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

32. Sobre imunidade, isenção e não incidência, é INCORRETO afirmar:

- a) a isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo;

b) a vedação de instituir impostos sobre templos de qualquer culto é exemplo de isenção;

c) não incidência refere-se às situações em que um fato não é alcançado pelas regras de tributação;

d) imunidade é uma hipótese de não incidência prevista constitucionalmente;

e) imunidade tributária recíproca é a previsão constitucional que proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio de um ente público sobre outro ente público.

33. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- a) União; Estados; Municípios
- b) União; Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata; Municípios.
- c) União; Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata; Municípios, conjuntamente e pró rata;
- d) União; Estados; Distrito Federal; Municípios
- e) Não há hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**34. 4. Complete a seguinte frase:
Na falta de eleição, considera-se como _____ das pessoas jurídicas de direito privado, o/a _____ ou em relação aos atos**



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

ou fatos que derem origem à obrigação, o _____.

- a) responsabilidade tributária; residência habitual; centro habitual de sua atividade
- b) domicílio tributário; lugar da sua sede; de cada estabelecimento
- c) domicílio tributário; lugar da sua sede; de qualquer de suas repartições no território da entidade tributante
- d) domicílio tributário; residência habitual; centro habitual de sua atividade
- e) responsabilidade tributária; lugar da sua sede; de cada estabelecimento.

35. Não suspende o crédito tributário:

- a) moratória
- b) concessão de liminar em mandado de segurança
- c) depósito do montante integral
- d) compensação
- e) concessão de tutela antecipada em ação de inexistência de crédito tributário.

36. Extingue o crédito tributário:

- a) dação em pagamento de quaisquer bens
- b) decisão administrativa
- c) decisão judicial
- d) prescrição e decadência
- e) parcelamento.

37. Sobre a responsabilidade tributária, é CORRETO afirmar:

- a) a lei não pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, mesmo

que vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação;

- b) os pais, respondem, pessoalmente, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- c) os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade de bens imóveis subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação;
- d) o espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus após a data da abertura da sucessão;
- e) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra não é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

38. A relação jurídico-tributária é eminentemente obrigacional. A respeito da obrigação tributária, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) a capacidade tributária depende da capacidade civil das pessoas naturais;
- b) a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária
- c) fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- d) fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

como necessária e suficiente à sua ocorrência.

e) sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

39. Sobre a jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária, marque a alternativa INCORRETA:

a) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola a constituição federal;

b) é constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra;

c) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

d) norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

e) a imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.

40. Sobre os incentivos fiscais de ICMS e a Zona Franca de Manaus, marque o item INCORRETO:

a) cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;

b) a deliberação conjunta dos Estados e do Distrito Federal ocorre no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ);

c) é permitido às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal concedido pelo Estado do Amazonas, relativamente às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus;

d) os convênios do CONFAZ têm natureza meramente autorizativa, devendo existir lei que crie qualquer incentivo fiscal de ICMS, por meio da Casa Legislativa de cada ente;

e) o sistema de concessão de benefícios fiscais previsto na Constituição e em lei complementar nem sempre funciona na prática, gerando o que se chama de guerra fiscal entre os Estados-membros.

**DIREITO DO TRABALHO E
PROCESSUAL DO TRABALHO**

41. Considerando o entendimento consolidado na Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) fixada em sede de repercussão geral, quanto aos temas da terceirização e da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, assinale a alternativa CORRETA:



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- a) o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- b) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços não abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, mas apenas as verbas rescisórias.
- c) é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, não sendo cabível a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.
- d) a equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) não fere o princípio da livre iniciativa, ainda que sejam agentes econômicos distintos, já que podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas.
- e) para a imputação de responsabilidade subsidiária ao tomador dos serviços, quanto às obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, é desnecessário que o tomador haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

42. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quanto à homologação de acordo

extrajudicial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
- b) as partes não poderão ser representadas por advogado comum.
- c) é obrigatório que o trabalhador seja assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
- d) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- e) no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

43. Com o advento da Lei n.º 14.684/2023, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a prever que atividades ou operações, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito dão direito ao(à):

- a) adicional de insalubridade.
- b) contagem em dobro do tempo de serviço para efeitos de aposentadoria.



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- c) jornada especial máxima de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.
- d) adicional de férias de 2/3 do salário normal.
- e) adicional de periculosidade.

44. Em relação à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar as ADIs 6.021 e 5.867, e as ADCs 58 e 59, bem como ao apreciar o Recurso Extraordinário 1.269.353, com repercussão geral, fixou que, como regra, para os débitos trabalhistas, deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral. Assim, para a fase judicial, ou seja, a partir do ajuizamento da ação, o STF determinou a incidência do (a):

- a) IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).
- b) IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado).
- c) INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).
- d) Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).
- e) INCC (Índice Nacional de Custo da Construção).

45. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos despachos que denegarem a interposição de recursos, cabe a

impugnação, no prazo de 8 (oito) dias, por meio de:

- a) agravo de instrumento.
- b) agravo de petição.
- c) recurso de revista.
- d) recurso ordinário.
- e) recurso extraordinário.

LÍNGUA PORTUGUESA

**46. Tome como base o texto abaixo:
É Fogo – Lenine**

[...]
Éramos uns poetas loucos,
místicos
Éramos tudo o que não era são;
Agora são com dados estatísticos
Os cientistas que nos dão razão.
De que valeu, em suma, a suma
lógica
Do máximo consumo de hoje em
dia,
Duma bárbara marcha tecnológica
E da fé cega na tecnologia?
Há só um sentimento que é de dó e
de
Malogro...

É fogo... é fogo...
É fogo... é fogo...

Doce morada bela, rica e única,
Dilapidada só como se fôsseis
A mina da fortuna econômica,
A fonte eterna de energias fósseis,
O que será, com mais alguns graus
Celsius,
De um rio, uma baía ou um recife,
Ou um ilhéu ao léu clamando aos
céus, se os
Mares subirem muito, em Tenerife?



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

**E dos sem-água, o que será de
cada súplica,
De cada rogo**

**É fogo... é fogo...
É fogo... é fogo...
[...]**

**Considerando as orações abaixo e
os trechos destacados, assinale a
questão INCORRETA:**

a) A letra da canção se estrutura em forma de poesia. O poema é um gênero textual relacionado aos gêneros literários. É difícil definir apenas uma tipologia para a poesia, pois pode ser narração, descrição, injunção. Como gênero, o poema apresenta algumas peculiaridades, uma vez que sua composição não é fixa: há poemas que aliam elementos visuais à linguagem verbal, com rima ou sem.

b) A metonímia é uma figura de linguagem que consiste na substituição de uma palavra ou termo em uma oração, sem que ela perca o sentido. Ela possui duas variações: antonomásia, que troca uma expressão ou palavra por outro nome que tenha algum tipo de relação entre si e a metalepse, que substitui o termo antecedente pelo conseqüente. No trecho "E dos sem-água, o que será de cada súplica", a expressão "sem-água" é uma metalepse, porque é a conseqüência dos problemas ambientais citados anteriormente e significa as pessoas que ficarão sem água.

c) Considerando a 2ª Estrofe da música, os versos 1, 6 e 7; as conjunções [e – ou - se] trazem

respectivamente a ideia de adição, alternância e condição;

d) No trecho "Há só um sentimento **que** é de dó e de Malogro...", o [que] é um pronome relativo, pois inicia oração subordinada adjetiva e possui a mesma função do termo a que se refere. Já no segmento: "**O que** será, com mais alguns graus Celsius...", o [que] é um pronome interrogativo, porque inicia uma unidade interrogativa direta;

e) Quanto à sintaxe da oração, é correta a análise que se segue: "Éramos uns poetas loucos, místicos" – período simples: sujeito oculto nós + verbo de ligação + adjunto adnominal + predicativo do sujeito + predicativo do sujeito; "Há só um sentimento que é de dó e de Malogro..." – período composto por subordinação: oração principal "há só um sentimento", oração subordinada substantiva subjetiva "que é de dó e de Malogro...";

**47. Leia o texto para responder ao
que se pede:**

**O Brasil queimou – e não tinha
água para apagar o fogo - Por
Eliane Brum**

Fonte:

<https://racismoambiental.net.br/2018/09/03/o-brasil-queimou-e-nao-tinha-agua-para-apagar-o-fogo-por-eliane-brum/>

**Eu vim ao Rio para um evento no
Museu do Amanhã.**

**Então descobri que não tinha mais
passado.**

**Diante de mim, o Museu Nacional
do Rio queimava.**



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

O crânio de Luzia, a “primeira brasileira”, entre 12.500 e 13 mil anos, queimava. Uma das mais completas coleções de pterossauros do mundo queimava. Objetos que sobreviveram à destruição de Pompeia queimavam. A múmia do antigo Egito queimava. Milhares de artefatos dos povos indígenas do Brasil queimavam. Vinte milhões de memória de alguma coisa tentando ser um país queimavam.

O Brasil perdeu a possibilidade da metáfora. Isso já sabíamos. O excesso de realidade nos joga no não tempo. No sem tempo. No fora do tempo.

O Museu Nacional em chamas. Um bombeiro esguichando água com uma mangueira um pouco maior do que a que eu tenho na minha casa. O Museu Nacional queimando. Sem água em parte dos hidrantes, depois de quatro horas de incêndio ainda chegavam caminhões-pipa com água potável. O Museu Nacional queimando. Uma equipe tentava tirar água do lago da Quinta da Boa Vista. O Museu Nacional queimando. A PM impedia as pessoas de avançar para tentar salvar alguma coisa. O Museu Nacional queimando. Outras pessoas tentavam furtar o celular e a carteira de quem tentava entrar para ajudar ou só estava imóvel diante dos portões tentando compreender como viver sem metáforas.

Brasil, é você. Não posso ser aquele que não é.

O Museu Nacional queimando.

[...]

Nunca salvaram. Há 500 anos não salvam.

Eu, que vivo com as palavras e das palavras, não consigo dizer. Sem passado, indo para o Museu do Amanhã, sou convertida em muda. Esvazio de memória como o Museu Nacional. Chamas dentro de todo ele, uma casca do lado de fora. Sou também eu. Uma casca que anda por um país sem país. Eu, sem Luzia, uma não mulher em lugar nenhum.

“O Brasil é um construtor de ruínas. O Brasil constrói ruínas em dimensões continentais.”

A frase reverbera nos corredores vazios do meu corpo. Se a primeira brasileira incendiou-se, que brasileira posso ser eu?

O que poderia expressar melhor este momento? A história do Brasil queima. A matriz europeia que inventou um palácio e fez dele um museu. Os indígenas que choram do lado de fora porque suas línguas se incineram lá dentro. E eu preciso alcançar o Museu do Amanhã. Mas o Brasil já não é o país do futuro. O Brasil perdeu a possibilidade de imaginar um futuro. O Brasil está em chamas.

[..]

O Brasil está queimando.

E o meteorito estava dentro do museu.

Analise as assertivas a seguir:

I. Sobre o trecho: “Eu vim ao Rio para um evento no Museu do Amanhã”, é correto afirmar que há um encontro de uma preposição + um artigo [ao]; correto também seria afirmar que na oração “Eu vim à



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Grécia”, ocorre o encontro de uma preposição + um artigo [à], o que justifica o acento grave (crase); caso fosse a oração “Eu vim à Manaus”, o uso do acento grave também estaria correto.

II. Quanto ao acento grave (crase) do trecho: “Objetos que sobreviveram à destruição de Pompeia queimavam”, considera-se que o verbo sobreviver é transitivo indireto, logo, ocorre encontro de uma preposição + um artigo [à]; tal fato não se dá no trecho: “A PM impedia as pessoas de avançar para tentar salvar alguma coisa”, com o [as], já que o verbo impedir é transitivo direto e não precisa da preposição, logo sem o acento grave (crase);

III. Os pronomes demonstrativos, além de marcar posição no espaço, marcam posição no tempo, como no trecho: “O que poderia expressar melhor este momento?”, em que o [este] marca um tempo imediato ao ato da fala; situação diferente do trecho: “O Brasil perdeu a possibilidade da metáfora. Isso já sabíamos”, em que o [isso] faz referência ao que já foi dito no interior do discurso.

IV. O texto em análise é composto principalmente por períodos simples, embora (de forma muito pontual) haja períodos compostos por subordinação e por coordenação, como é o caso do trecho: “Outras pessoas tentavam furtar o celular e a carteira de quem tentava entrar para ajudar ou só estava imóvel diante dos portões tentando compreender como viver sem metáforas”. Temos oração coordenada aditiva iniciada em: “e a carteira...”, na sequência, uma oração

coordenada alternativa, iniciada em “ou só estava imóvel...”;

V. A estrutura do texto busca aproximar o leitor do momento do incêndio, de modo que ele tenha a sensação mais vívida do acontecimento, por isso a repetição de: “O Museu Nacional queimando”. Na primeira parte do texto, a autora traz aspectos do incêndio em si; já na segunda metade, faz uma reflexão sobre as consequências do problema. Incêndio, museu, perda, história e futuro são palavras-chave do texto.

Considerando as assertivas acima, marque a alternativa CORRETA em relação à análise delas:

- a) F – V – V – F – V;
- b) V – F – V – V – F;
- c) V – V – V – V – V;
- d) V – F – V – F – V;
- e) V – V – F – V – V.

48. Leia o texto e responda:

**Amor é fogo que arde sem se ver -
Luís de Camões**

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer;

É um não querer mais que bem
querer;
É solitário andar por entre a gente;
É nunca contentar-se de contente;
É cuidar que se ganha em se perder;

É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata lealdade.



**IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo
Amor?

Marque a alternativa INCORRETA:

a) considerando as funções do *se*, é correto afirmar que no verso: "é ferida que dói e não **se** sente", o [se] exerce a função de pronome apassivador/partícula apassivadora, indicativo de voz passiva sintética e estabelece relação com verbo transitivo direto; no verso: "é nunca contentar-**se** de contente", o [se] é um pronome reflexivo recíproco; quanto ao verso: "**Se** tão contrário a si é o mesmo amor?", o [se] é uma conjunção subordinativa condicional, pois indica a existência de uma condição.

b) é correto afirmar, quanto à colocação pronominal que no verso: "é ferida que dói e não **se** sente", o [se] está corretamente empregado, pois a partícula de negação condiciona o pronome a uma próclise; no verso: "É nunca contentar-**se** de contente", ocorre um erro, pois a partícula de negação solicita uma próclise, mas o autor preferiu a ênclise;

c) a antítese e o paradoxo lidam com oposições, mas de formas diferentes. A antítese ocorre quando palavras ou frases expressam ideias opostas, mas que não se excluem, de modo que, mesmo que se liguem a elementos opostos, fazem sentido juntas. Por outro lado, o paradoxo ocorre quando as ideias são mais que opostas, são totalmente contraditórias. No caso do poema, o

amor é definido por meio de paradoxos, como as contradições "um fogo que arde sem se ver" ou uma "ferida que dói e não se sente". No verso "amor é fogo", temos uma metáfora;

d) na terceira estrofe, temos um exemplo de paralelismo sintático com o uso do verbo no infinitivo em cada verso. É possível considerar que, mesmo com as contradições em relação ao tema central - o amor -, ocorre paralelismo semântico, pois há uma correlação de ideias de modo que a composição lógico-semântica do poema está assegurada.

e) a respeito dos tempos e modos verbais, está correto: verbos no infinitivo, com função de predicativo do sujeito predominantemente; verbo nominal [ser], modo indicativo, tempo presente predominantemente; o verbo *doer* [que **dói** e não se sente] é um verbo defectivo, sendo conjugado apenas na 3.^a pessoa do singular e na 3.^a pessoa do plural. além disso, também não é conjugado no modo imperativo.

49. A respeito da concordância nominal e verbal, ASSINALE A ALTERNATIVA EM QUE OCORRA, AO MENOS, UMA INADEQUAÇÃO quanto à gramática normativa:

a) em relação à concordância do verbo *ser*, estão corretas as sentenças: Era uma hora, eram duas horas, dez reais é muito pouco, cem dias é demais, já eram cinco da manhã;

b) quanto ao uso de "barato e caro", está correto dizer: os bens importados são caros, essas peças



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

são baratas, cobraram barato por esse produto, o advogado cobrou caro pelo serviço prestado;

c) considerando a concordância nominal, expressões como: é proibida a entrada de pessoas estranhas, é proibido entrada de pessoas estranhas, estão corretas;

d) esse animal tem olho, nariz e boca monstruosos; esse animal tem olho, nariz e boca monstruosa. As duas versões estão corretas;

e) eles são bastantes ricos; o juiz tem bastantes razões para condená-los; ele tem bastantes razões para fazer isso. O uso de bastante está correto nos três casos.

50. Assinale a alternativa em que haja, ao menos, uma INCORREÇÃO:

a) De acordo com o Novo Acordo Ortográfico pode-se afirmar que: nas palavras paroxítonas, foi abolido o acento agudo nos ditongos abertos oi e ei[ideia, europeia, jiboia], nas palavras oxítonas, essês ditongos continuam acentuados. Nas palavras paroxítonas, foi abolido o acento circunflexo nos ditongos oo e ee [deem, leem, veem, voo]. Nas palavras paroxítonas, foi abolido o acento agudo na vogal i e na vogal u quando aparecem após ditongos [baiuca, feiura]. Foi abolido o acento diferencial de vários pares de palavras, cuja distinção deverá ser feita pelo contexto em que ocorrem [para, pelo, polo]. Mantém-se apenas os acentos diferenciais de pôr e por, pôde e pode;

b) No tocante à concordância verbal - sujeito composto e posposto ao verbo - estão corretas as formas:

passarão o céu e a terra, passará o céu e a terra. Quanto à concordância nominal, está correto: é proibida a entrada de estranhos; esta água é necessária; é necessário paciência; é proibido entrada de estranhos;

c) No que se refere à regência verbal, está correto: aspirei o seu perfume; não assiste razão ao requerente, eles obedecem ao pai; não debes perdoar esses crimes; João visava a este alvo; prefiro os livros aos filmes;

d) Amor à humanidade; amor pela terra natal; amor para com o próximo são construções corretas, considerando a regência nominal;

e) Os tempos compostos são tempos verbais - presente, passado e futuro - expressos por mais do que uma palavra. Eles exprimem ação, estado, mudança de estado ou fenômeno da natureza mediante a utilização uma combinação de verbos, ao contrário dos tempos simples, que são expressos por apenas uma palavra, como em: Ele tinha saído à procura do ingresso.

PROVA DISCURSIVA

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

Podem os Estados elaborar lei dispendo sobre licitações e contratações administrativas? E o Distrito Federal? E os Municípios? **Justifique (fundamente) suas respostas.**

2. DIREITO ADMINISTRATIVO



IX EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é possível o ajuizamento de ação contra agente público por danos causados no desempenho de suas atribuições? Por quê?

Responda mencionando a teoria adotada pela CRFB/1988 em matéria de responsabilidade civil do Estado.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Qual é o recurso cabível da decisão que julga impugnação ao cumprimento de sentença?

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

O Estado do Amazonas ajuizou execução fiscal contra a Indústria XYZ do Pólo Industrial de Manaus, cobrando judicialmente dívida tributária no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), devidamente inscrita na dívida ativa estadual. Citada, XYZ ofereceu garantia (seguro-garantia), emitida pela Seguradora ABC, juntando petição com o documento de garantia no dia 26/06/2023, segunda-feira. Consignou, ainda, que iria apresentar os embargos à execução fiscal no prazo legal.

Sobre a Execução Fiscal e sobre o caso destacado, faça um texto dissertativo, tratando, especialmente, sobre os seguintes pontos:

A) Defina Execução Fiscal, ressaltando quais pessoas jurídicas

podem propor e quais tipos de crédito podem ser cobrados.

B) Destaque quais outros tipos de garantia, previstas legalmente, XYZ poderia ter oferecido.

C) Determine qual o prazo para interposição dos Embargos à execução e qual o último dia para a executada XYZ apresentar os Embargos à execução.

5. DIREITO DO TRABALHO/ PROCESSUAL DO TRABALHO

Considerando o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal, fixado em regime de repercussão geral, responda de forma fundamentada a seguinte questão:

A Justiça do Trabalho é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia prestação de natureza administrativa (direito previsto em norma estatutária)?